



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000849-93.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Elis Natali Cometti**
 Requerido: **WMBcomércio Eletrônico Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que adquiriu da ré um refrigerador, mas que o mesmo não foi entregue e que posteriormente a compra foi cancelada com o respectivo estorno da quantia que pagou.

Alegou ainda, que não aceita tal situação pois a compra somente foi cancelada após trinta dias, o que igualmente aconteceu com a devolução do dinheiro.

Requer por isso a condenação da ré consistente na obrigação de fazer em lhe entregar o produto adquirido, bem como ser a ré condenada ao pagamento do danos morais que suportou.

Quanto ao primeiro pleito, a ré em contestação reafirmou sobre a impossibilidade do cumprimento do contrato, tendo em vista a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

indisponibilidade do produto, e que somente poderia entregar a autora outro bem similar, o que não foi aceito pela autora.

Acrescentou ainda, que como forma de compensação pelo transtorno causado à autora que lhe oferecia certa quantia em dinheiro, o que também não foi aceito pela autora.

Como se vê, a explicação da ré é pertinente porque não seria até mesmo razoável condena a entregar um produto que ela própria deixou claro que não existe mais em estoque.

Houve também a oportuna devolução da quantia paga pela autora.

Nesse sentido, reputo que nesse particular, a ação é improcedente.

Todavia, reputo que o quadro delineado revelou que a autora enfrentou dificuldades com a compra em questão a qual se prolongou por mais de trinta dias para uma solução razoável.

Como se não bastasse, a ré ainda admitiu a ocorrência de toda situação fática conforme relatado pela autora.

É evidente que esse panorama revela os dissabores de vulto sofridos pela autora, que foram além dos entresabores próprios da vida cotidiana.

Qualquer pessoa mediana que estivesse no lugar dela ficaria à evidência bastante contrariada com a demora para resolução da questão e que contrariou a expectativa a seu respeito no momento em que a contratação foi feita.

Pode-se afirmar, bem por isso, que a ré causou danos morais à autora passíveis de ressarcimento, prosperando no particular a pretensão deduzida.

O valor da indenização, porém, não haverá de ser o postulado, que se revela excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação, para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$1.000,00 com correção monetária e juros de mora a partir desta data.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de abril de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**